

A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

M. M. S. Natário, A. M. M. Braga e C.M. Rei

RESUMO

Os paradigmas mais recentes do desenvolvimento regional tem vindo a valorizar o papel do espaço e as características endógenas do território, que surgem como determinantes do desenvolvimento das regiões, onde os actores locais desempenham um papel essencial e são chamados a identificar novas formas de organização da produção e de relacionamento. Neste contexto, a agricultura biológica e o desenvolvimento das actividades artesanais características e património das regiões assumem-se como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo-lhes interromper o seu ciclo de declínio. O objectivo do presente *paper* é discutir o papel de alguns sectores, nomeadamente o dos produtos artesanais e da agricultura biológica no desenvolvimento das regiões rurais, enquanto processo inovador a promover e a desenvolver e forma de valorizar os recursos endógenos, criar riqueza e fomentar a competitividade das zonas rurais e seguidamente fazer a sua caracterização na Beira Interior Norte.

1 INTRODUÇÃO

Os paradigmas mais recentes do desenvolvimento regional tem vindo a valorizar o papel do espaço e as características endógenas do território, que surgem como determinantes do desenvolvimento das regiões, onde os actores locais desempenham um papel essencial e são chamados a identificar novas formas de organização da produção e de relacionamento.

No paradigma do desenvolvimento regional endógeno o território surge como uma estratégia mais activa e interactiva, como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspectos sociais, culturais, técnicos e económicos, bem como a participação activa de toda a população. No caso das regiões rurais, caracterizadas pelo declínio e idade avançada da sua população e pelo distanciamento relativamente aos mercados e serviços, os seus problemas são também evidentes em termos de oportunidades de emprego, com declínio no emprego agrícola. Todavia, embora estes importantes desafios, as regiões rurais não são sinónimos de declínio, na medida em que as zonas rurais, frequentemente, possuem um potencial económico não aproveitado e que poderia ser melhor explorado, contribuindo assim para melhorar o bem-estar dos cidadãos rurais e para o desenvolvimento nacional como um todo.

Deste modo, as estratégias de desenvolvimento económico e social a promover em territórios rurais devem assentar na preocupação de assegurar resultados aos dois níveis do binómio coesão-competitividade. Por um lado, criar condições de contenção do seu declínio económico e social e, por outro, incentivar os investimentos e iniciativas geradoras de desenvolvimento económico e criar factores de competitividade. Neste contexto, a agricultura biológica e do desenvolvimento das actividades artesanais características e património das regiões assumem-se como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo-lhes interromper o seu ciclo de declínio.

Face ao exposto o objectivo do presente *paper* é discutir o papel dos produtos artesanais e da agricultura biológica no desenvolvimento das regiões rurais, enquanto processo inovador a promover e a desenvolver e forma de valorizar os recursos endógenos, criar riqueza e fomentar a competitividade das zonas rurais e seguidamente fazer a sua caracterização na Beira Interior Norte. Assim, no primeiro ponto começa-se por fazer uma breve revisão bibliográfica das teorias explicativas do desenvolvimento regional e rural. Posteriormente, apresenta-se a metodologia utilizada e os resultados alcançados na análise efectuada. Por fim, nas reflexões finais, sugerem-se algumas estratégias de desenvolvimento para estes territórios.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A crescente globalização e integração dos países teve repercussões positivas ao nível do seu desenvolvimento económico e social mas, simultaneamente, evidenciou as assimetrias regionais. Na procura de respostas para o desenvolvimento regional desigual é possível encontrar diversas teorias: as Teorias Clássicas de Localização (séc. XIX), as Teorias de Desenvolvimento Regional com ênfase nos factores de aglomeração (finais séc. XIX e meados séc. XX) uma abordagem mais recente que valoriza as características endógenas do território como determinantes do desenvolvimento (Friedmann e Weaver, 1979; Stöhr e Taylor 1981; Aydalot, 1986).

O espaço deixa de ser um elemento neutro e passa a ser uma variável estratégica fundamental do desenvolvimento, que é agora definido em função das necessidades e do bem-estar das populações. O desenvolvimento da região é o resultado da participação das diversas dimensões da população (culturais, sociais, históricas, técnicas, económicas, sectoriais), da valorização dos recursos naturais e seguindo uma perspectiva dinâmica e inovadora, apoiada numa economia flexível, na autarcia e na pequena escala. O desenvolvimento endógeno é, assim, um processo que envolve a expansão da capacidade da região para acrescentar valor à produção, para absorver e reter os excedentes económicos gerados localmente, bem como atrair excedentes gerados noutras regiões (Malinvaud, 1993).

No paradigma de desenvolvimento regional endógeno, importa saber como as regiões podem gerar mecanismos endógenos de criação de riqueza com base nos seus recursos específicos. Como resposta surgiram diversos modelos ou perspectivas de desenvolvimento associados ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local (Courlet e Pequer, 1992), com destaque para os distritos industriais (Becattini, 1992), os meios inovadores (Aydalot, 1986; Maillat *et al.*, 1993; Camagni *et al.*, 2004) e os clusters (Porter, 1998). Neste paradigma, o território surge como uma estratégia mais activa e interactiva,

como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspectos sociais, culturais, técnicos e económicos, bem como a participação activa de toda a população. É este contexto que surge a nova concepção de desenvolvimento rural.

Após uma abordagem de desenvolvimento exógeno, que encarava o “rural” articulado mas submetido à dinâmica urbana, evolui-se para uma abordagem endógena (territorial) onde os contextos rurais se envolvem e articulam com outros sectores económicos na procura do seu desenvolvimento. A força dinâmica nesta abordagem endógena de desenvolvimento rural, assenta no crescimento pelo aproveitamento dos recursos específicos de uma região (naturais, humanos, culturais), e em empresas e iniciativas locais. A função central das áreas rurais é o fornecimento de produtos e serviços diversos, todavia a capacidade limitada destas regiões e dos actores rurais para participar em actividades económicas constitui entrave ao desenvolvimento socioeconómico local. Desta forma, a construção de capacidades e a superação da exclusão social (pobreza) são os eixos prioritários deste desenvolvimento rural (Lowe *et al.*, 1995).

O conceito de rural está associado a regiões com baixa densidade populacional localizadas em regiões que não têm um grande centro urbano. As baixas densidades populacionais, a idade avançada da população e o relativo afastamento urbano dão origem a um conjunto de problemas com forte impacto na actividade económica e no bem-estar dos indivíduos, o que na generalidade gera níveis de disparidades entre essas regiões rurais e as outras regiões (OECD, 2006). Para clarificar o conceito de rural, Diniz e Gerry (2002) propõem 3 categorias de definições (comportamental, funcional e ecológica), que se encontram inter-relacionadas e que sentem as mudanças no ambiente externo, as respostas dos actores, das estruturas e das instituições rurais (Tabela 1).

Tabela 1 Perspectivas conceptuais da ruralidade

Perspectivas	Pressupostos
Comportamental Destaca os factores individuais e socio-antropológicos (a cultura e as suas implicações no comportamento dos actores sociais no meio rural) numa perspectiva estática	Existe uma diferença básica (quer na vertente económica quer social), entre o comportamento dos habitantes das zonas de baixa e alta densidade populacional, atribuindo aos residentes rurais valores e práticas essencialmente “tradicionalistas”.
Funcional Destaca a função económica, os aspectos ocupacionais e as questões de dimensão ligadas à estrutura fundiária e ao uso da terra; adopta uma perspectiva dinâmica e defende uma visão holística	Predominância de actividades económicas ligadas ao sector primário (agricultura, silvicultura, caça, pesca e indústrias extractivas).
Ecológica Destaca o ambiente (natural, social, cultural), ou seja, as ligações dialécticas entre a natureza e todos aspectos da vida rural; defende uma análise holística	Na versão “fundamentalista”, encara o rural como paisagem caracterizada por espaços largos e abertos, interrompida por pequenos aglomerados, e caracteriza o impacte “humanizante” como negativo.

Fonte: Adaptado Diniz e Gerry (2002)

As regiões rurais enfrentam problemas que se reflectem no enfraquecimento da coesão territorial dentro do país nomeadamente o declínio e idade avançada da população, bem como o seu distanciamento relativamente aos mercados e serviços, o declínio no emprego agrícola e nas de oportunidades de emprego (OCED, 2006). As suas populações possuem níveis de qualificações inferiores às zonas urbanas, o sector dos serviços está menos desenvolvido e têm rendimentos inferiores.

Todavia, as regiões rurais não podem ser encaradas como sinónimos de declínio, na medida em que possuem um potencial económico diverso não aproveitado e que poderia ser melhor explorado, contribuindo assim para melhorar o bem-estar dos cidadãos rurais e para o desenvolvimento nacional como um todo. Com efeito, constata-se uma realidade diferente com novas paisagens, novas funcionalidades, novos actores, novas redes de negócio, nova rede de serviços, com zonas rurais ricas em matérias-primas, em actividades de lazer, que poderão traduzir-se em novas oportunidades. No entanto, a escassez de infra-estruturas e acesso a serviços, conjugada com a falta de população irá pôr em causa a preservação das paisagens, tradições, culturas, actividades, e conseqüente desaparecimento do património cultural, social, económico e ambiental.

Deste modo, urge um novo olhar sobre a ruralidade, que nos leve a um novo paradigma, onde a ruralidade apareça como uma componente da 2ª modernidade (Covas, 2007). Esse novo paradigma, segundo o relatório da OECD (2006), assenta numa lógica de competitividade das áreas rurais e não apenas da agricultura, através da valorização dos recursos locais, exploração de novos recursos e da rentabilização de recursos e potencialidades normalmente não consideradas. Todos os actores (governos supranacional, nacional, regional e local e os *stakeholders* locais públicos, privado, ONG) são chamados a intervir e a assumir um papel activo e dinamizador e os principais instrumentos materializam-se pelos novos investimentos e não pelos subsídios, numa atitude pró-activa de desenvolvimento dos territórios.

O espaço rural, é encarado “como um território renovado, pleno de oportunidades de vida, de negócios, de trabalho, de educação e de cultura associado a actividades de lazer, turismo e artes e, ainda, como um espaço de promoção de saúde” (Covas, 2007). Passa a desempenhar um papel fundamental para a integração dos territórios, (Sampaio, 2008) exigindo-se-lhe uma dinâmica de mudança que permita traçar um caminho de auto-desenvolvimento.

O seu desenvolvimento é, assim, fundamental para a equidade e coesão dos territórios, na medida em que oferece um conjunto de oportunidades que permitirá fortalecer os territórios com novas dinâmicas, criação de sinergias e parcerias e novas actividades integradas. Pelo que é necessário apostar mais no meio rural e reinventar a ruralidade, implementando novas actividades que possam gerar emprego e riqueza, mantendo o dinamismo da paisagem rural (cada vez mais é procurado para turismo e lazer) tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações para que estas não se sintam tentadas a abandonar o território. É essencial valorizar os recursos e o saber-fazer local; (re) descobrir os produtos tradicionais como instrumento de desenvolvimento territorial e dinamizar projectos locais e regionais que estimulem o turismo e a procura de produtos tradicionais locais de qualidade (Tibério *et al.*, 2008).

A nova ruralidade possui ainda características de agroecologia; biodiversidade e multifuncionalidade (Covas, 2007) e a sustentabilidade da coesão desses territórios deve ser baseada nos recursos endógenos de cada território e no fomento da interdependência, sendo a riqueza da diversidade existente na região uma mais-valia. Para se alcançar essa coesão, o desenvolvimento rural pode enveredar pelo desenvolvimento de uma agricultura pró-activa (com indicação de proveniência geográfica,) e/ou da agricultura biológica que tem um público-alvo crescente.

É no contexto do novo paradigma de desenvolvimento rural que a agricultura biológica se assume como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo-lhes interromper o seu ciclo de declínio e reter os recursos humanos que possivelmente poderiam abandonar as zonas rurais. Este modo de produção poderá contribuir para o aproveitamento, valorização e gestão dos recursos endógenos, bem como para a mobilização e dinamização das populações e, simultaneamente, para fomentar o desenvolvimento sustentável e a competitividades dos territórios rurais.

A Agricultura Biológica, é considerada como um sistema de produção holístico, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica do solo, privilegia o uso de boas práticas de gestão da exploração agrícola, em detrimento do recurso a factores de produção externos (FAO/WHO, 1999). Os sistemas de produção devem ser adaptados às condições de cada região e adoptar métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos.

Actualmente, é o Regulamento (CE) nº 834 /200733, que define o modo de produção biológico, em que “a produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e o método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societal, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro lado, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural”.

A agricultura biológica, situando-se preferencialmente em áreas do interior, onde a poluição não é ainda um factor de preocupação imediata, pode assumir um papel importante na fixação de populações, abrindo perspectivas de desenvolvimento em áreas outrora marginalizadas.

3 METODOLOGIA

A Beira Interior Norte (BIN) é um território do interior da região Centro de Portugal que faz fronteira com Espanha (província de Salamanca) apresentando uma posição geo-estratégica privilegiada nas ligações multimodais Portugal-Espanha/Europa. Administrativamente, a BIN integra 9 municípios do distrito da Guarda: Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso com uma superfície total de cerca de 4.063 Km², distribuídos por 239 freguesias. A densidade populacional da BIN é baixa, variando entre 13,1 e 62,1 habitantes/km², sendo a média de 27,1 habitantes/km² (INE, 2009).

Esta região é rica em recursos hídricos (rio Côa, Mondego e Zêzere e afluentes); em termos paisagísticos e cinegéticos, abarcando algumas zonas protegidas (Parque Natural da Serra da Estrela, Reserva Natural da Serra da Malcata); em recursos naturais e vegetais (matérias-primas para a medicina, química, cosmética e indústria agro-alimentar); em

património construído (antas, arte rupestre do Vale do Côa, pontes, estradas, castelos medievais, pelourinhos, solares, casas brasonadas), em gastronomia e artesanato (cestaria, cutelaria, cerâmica, tapeçaria, etc). Simultaneamente, esta região apresenta fortes debilidades em termos estruturais relacionadas essencialmente com a debilidade do sistema rural e urbano, com a fragilidade do tecido económico e social, com o envelhecimento demográfico e com o despovoamento, particularmente nas zonas rurais.

Face a esta realidade da Beira Interior Norte e dado que as actividades artesanais e agrícolas assumem uma relativa importância económica e social para a região, o objectivo deste trabalho consiste em analisar e caracterizar estes dois sectores enquanto factores diferenciadores e promotor das zonas rurais e fixadores de população nesta região, bem como identificar as suas debilidades e apontar algumas estratégias que possam assegurar o seu desenvolvimento auto-sustentável.

Para concretizar este propósito utilizou-se uma metodologia quantitativa e qualitativa apoiada em fontes documentais e estatísticas e em inquéritos realizados aos artesãos e aos produtores biológicos. A principal fonte de dados¹ utilizada neste estudo resultou de um inquérito realizado a uma amostra constituída por 122 produtores de actividades artesanais² e por 21 produtores biológicos³.

4 RESULTADOS

De acordo com a Portaria 1193/2003, de 13 de Outubro, foram identificados 8 grupos de actividades artesanais nos diferentes Concelhos da BIN predominando a Produção e Confecção de Bens Alimentares (35%) e Artes e Ofícios (A&O) Têxteis (25%) (Figura 1). No modo de produção biológica, os produtores analisados estão distribuídos pelos concelhos da BIN como pode ser observado na Figura 1 e de onde sobressai o concelho de Figueira Castelo Rodrigo (52%), seguindo-se o concelho de Trancoso (10%) e os concelhos da Guarda e Sabugal (9%).

Nos concelhos analisados, o principal tipo de cultura associado ao modo de produção biológica está relacionado com a olivicultura seguindo-se o cultivo de frutos secos (amêndoa) e de alguns frutos frescos (cereja e uva). Os produtos que encontram maior registo na região, neste modo de produção, são o azeite e a azeitona, a amêndoa e o mel. Saliente-se, ainda, a existência de um operador DOP (Denominação de Origem Protegida - “Azeites da Beira Interior”) nos operadores inquiridos em modo de produção biológica e de dois operadores a iniciar o processo de reconversão. A maioria dos operadores identificados complementa a actividade da produção de azeite com outras produções. Por exemplo, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a produção do azeite aparece associada à da amêndoa, devido às boas condições da região para este tipo de produção.

¹ Recolhidos no âmbito do projecto CTBIN-SAL2-SP3.P56/03- Directório Transfronteiriço Produtores Biológicos e Artesanais realizado 2007/2008.

² Fonte: NERGA (Núcleo Empresarial da Região da Guarda); PRORAIA (Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte); PPART (Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais); Associação de Artesãos da Serra da Estrela. Foram identificados 279 produtores de actividades artesanais.

³ Fonte: IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica; AAPIM – Associação de Agricultores Para Produção Integrada de Frutos de Montanha; GPP- Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas; Presidentes de Juntas de Freguesia, NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda e PRORAIA- Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte. Foram identificados 60 produtores biológicos.

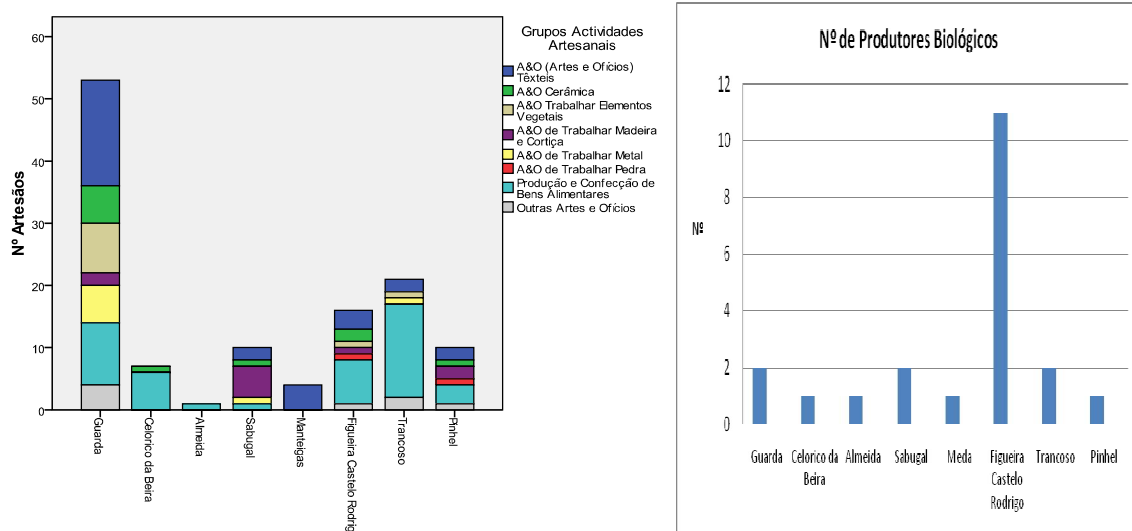


Figura 1: Grupos de Actividades Artesanais e Produtores Biológicos por Concelho

Nos sectores em análise predominam os produtores em nome individual (85%), com um número de trabalhadores a tempo integral inferior a quatro, as Sociedades Comerciais representam 11% do total de inquiridos e as Sociedades Agrícolas e Associações assumem um valor insignificante. Salienta-se que para uma grande parte dos artesãos, estas actividades não são a principal fonte de rendimento daí que apenas as desempenhem a tempo parcial. De referir que 1/3 dos artesãos são pessoas reformadas, com maior incidência nos grupos de A&O de Trabalhar Madeira e Cortiça (70%); A&O de Trabalhar Metal (57%). Em contrapartida todos estão em idade activa nos grupos de A&O de Trabalhar a Pedra; Produção e Confeção de Bens Alimentares e Outras A&O. Estes factores, juntamente com a não obrigatoriedade de licenciamento de algumas destas actividades podem justificar os 24% dos inquiridos que não estão colectados. Relativamente à dimensão dos produtores em modo biológico, a maioria são de pequena dimensão com áreas inferiores a 25 ha, com um volume de produção inferior a 20 toneladas/ano. Existe apenas um operador com uma área de produção superior a 100 ha.

O modo de produção artesanal recorrendo a técnicas e equipamentos tradicionais é uma característica inerente a este tipo de actividades. Com efeito, cerca de 68% dos inquiridos utilizam uma tecnologia de produção artesanal não licenciada e apenas 21% utilizam tecnologia artesanal licenciada com inovação tecnológica. Os restantes (11%) praticam um modo de produção artesanal semi-industrializada.

No sector das Actividades Artesanais, apesar de 10% dos artesãos terem respondido que não encontram entraves no desenvolvimento do seu negócio, os restantes identificaram diversos factores que condicionam os seus negócios, nomeadamente: Não se vende (24%); Custos Excessivos (15%); Concorrência (11%); Regulamentos e normas (8%); Desinteresse nos produtos (6%); Falta de divulgação (5%); Falta de apoio (5%); Idade (5%); Desinteresse na profissão (5%); Colectável e Impostos (2%); Falta de pessoal qualificado (2%) e Falta de cooperação (2%) (Figura 2).

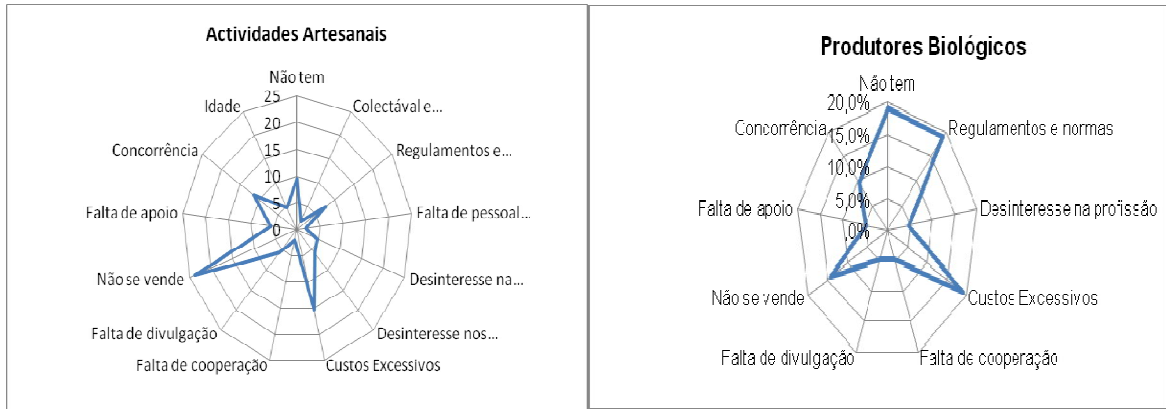


Figura 2 Factores condicionantes dos Artesãos e Produtores Biológicos

Os operadores em modo de produção biológica, no desempenho da sua actividade deparam-se com um conjunto de factores condicionantes, de onde sobressaem: regulamentos e exigências impostos pela União Europeia para o modo de produção biológica, elevados custos de produção, dificuldade de escoamento e comercialização do produto, não receptividade do mercado a produtos de maior qualidade mas com preços mais elevados, forte concorrência dos produtos não biológicos e a falta de apoios. No entanto, 19% dos inquiridos referem que não sentem quaisquer entraves no desempenho da sua actividade (Figura 2).

O principal factor distintivo apresentado pelos artesãos foi o facto de o processo de produção utilizado ser fundamentalmente artesanal; seguindo-se a elevada qualidade dos seus produtos face à oferta disponível e o preço relativamente à concorrência. Com menor relevância foram identificados a apresentação comercial do produto e os canais de comercialização utilizados. Saliente-se que o forte cariz das tradições está enraizado neste tipo de actividades e que em muitos casos são a continuidade de uma tradição de família e/ou do gosto e arte por este tipo de actividade. Trata-se do conjunto de saberes que resultam de uma acumulação histórica e tradicional: o *learning-by-doing*, e que vai alimentando o saber acumulado ao longo de gerações (Figura 3).

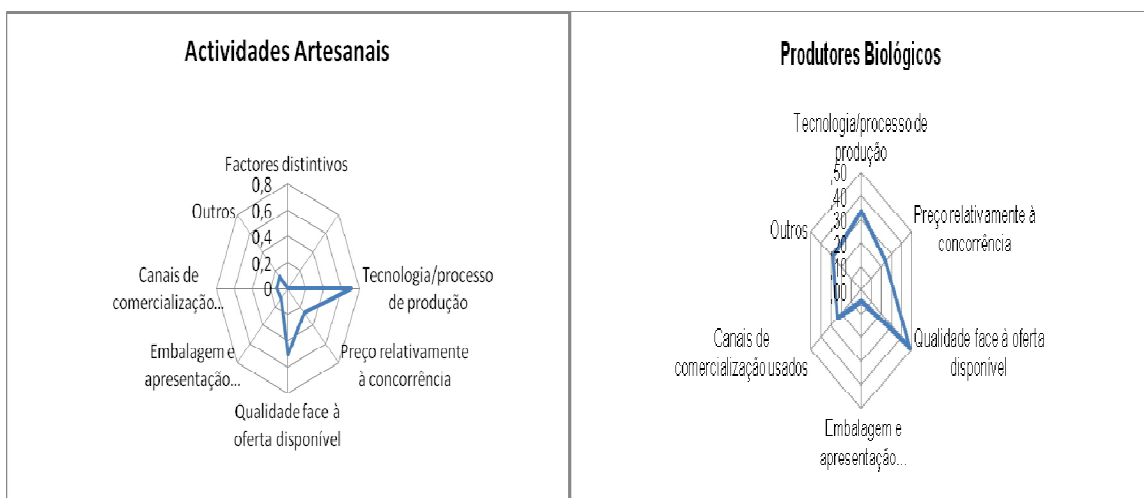


Figura 3 Factores distintivos dos Artesãos e Produtores Biológicos

Quanto aos operadores biológicos, o próprio modo de produção biológico é por si só um factor diferenciador na medida em que privilegia a conservação dos recursos naturais e do solo bem como a manutenção do ambiente. Outros factores distintivos apontados estão relacionados com a qualidade superior e confiança destes produtos, com o nível de tecnologia e processos de produção (riqueza dos solos, ausência de químicos, artesanal, sem químicos, tecnologias recentes) e com os canais de comercialização (Figura 3).

No que diz respeito aos principais mercados de escoamento, para os produtos artesanais são os mercados local e regional e para a produção biológica são os mercados nacional e local. Saliente-se que cerca de 1/3 dos artesãos vende para mercado nacional e 20% para o mercado internacional (A&O Têxteis- Itália, Holanda, França, Japão, Espanha; A&O Trabalhar Madeira e Cortiça- Europa e América; A&O Cerâmica- Espanha, França, Itália e Filipinas; A&O Trabalhar Metal- Austrália, Angola e Espanha). No modo de produção biológica apenas um operador vende os seus produtos para o mercado europeu: Alemanha, Bélgica (Figura 4).

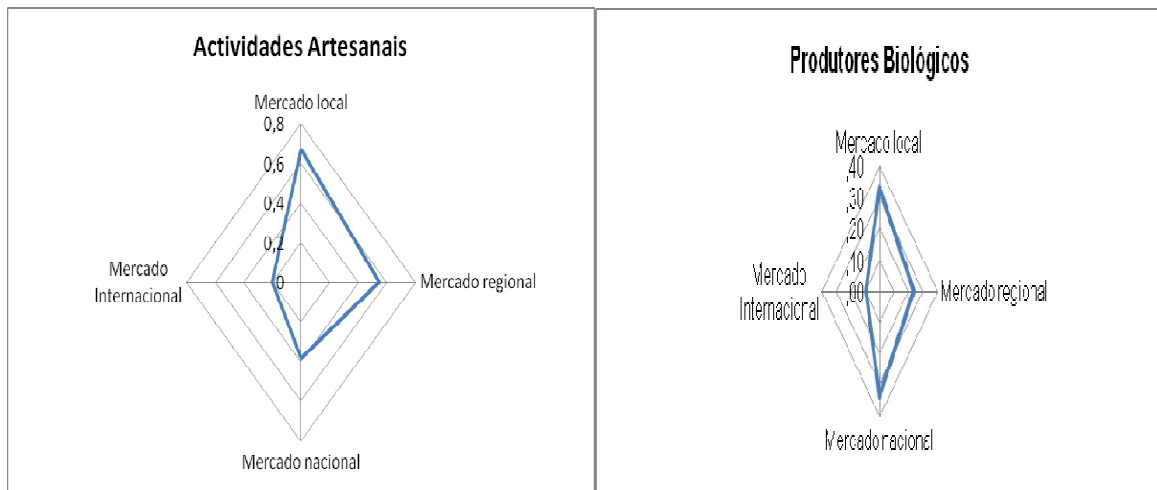


Figura 4 Principal mercado dos Artesãos e Produtores Biológicos

Relativamente ao sistema de comercialização, verifica-se que a maioria dos artesãos efectua as suas vendas a retalho (66%), directamente ao consumidor ou em feiras de artesanato e mercados, em contrapartida, nos produtores biológicos apenas 19% vendem a retalho, sendo a venda por grosso a mais relevante (43%). De salientar que um pequeno número de artesãos (5%) e produtores biológicos (14%) referiram que não efectuam quaisquer vendas (Figura 4).

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) também começam a ser uma presença constante nas actividades artesanais e no modo de produção biológica. Neste sentido, verifica-se que 34% dos artesãos recorrem a elas no desempenho das suas actividades (13% em Página Web) e 48% dos não utilizadores actuais manifestaram intenção de o fazer no futuro. Onde há menos receptividade à utilização destas tecnologias é nos grupos A&O Trabalhar Madeira e Cortiça; A&O Têxteis e A&O de Trabalhar Elementos Vegetais, que é também onde se constata mais reformados. No modo de produção biológica, estas estão presentes no desempenho da actividade de cerca de 50% dos operadores, dos quais cerca de 30% tem e-mail e 10% tem página Web (Figura 5).

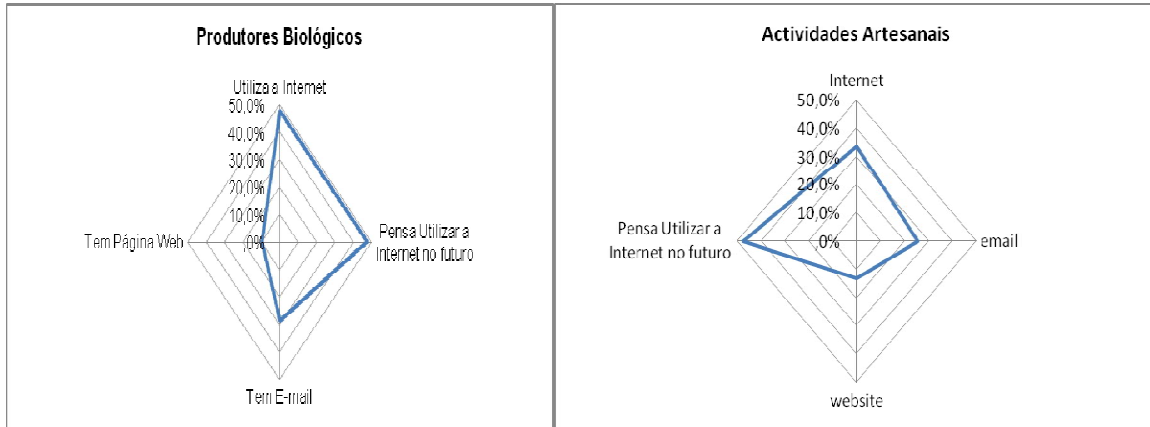


Figura 5 Utilização das TIC's dos Artesãos e Produtores Biológicos

Nos diversos grupos de actividades artesanais e de produtores biológicos em estudo constatou-se que as relações de cooperação se sobrepõem às de concorrência. Cerca de 32% dos artesãos sentem concorrência directa com outros agentes, sobressaindo o grupo A&O de Trabalhar a Pedra como o que sente maior concorrência. Relativamente à relações de cooperação, cerca de 41% manifestaram que existe cooperação com outros agentes locais neste tipo de actividades (com associações a que pertencem e autarquias locais e com o núcleo empresarial), sobressaindo a A&O de trabalhar Elementos Vegetais como sendo o que apresenta maior cooperação. Nos produtores biológicos, cerca de metade dos inquiridos afirmam que existe cooperação com outros agentes locais e apenas 19% salientam que há concorrência (Figura 6).

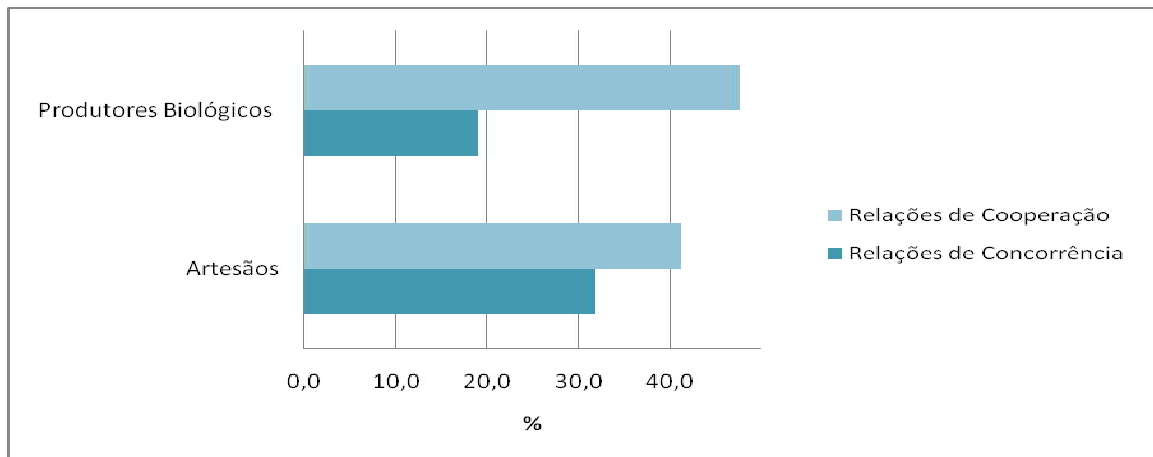


Figura 6 Relações em rede versus cooperação dos Artesãos e Produtores Biológicos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No paradigma do desenvolvimento regional endógeno o território surge como uma estratégia mais activa e interactiva, como agente de desenvolvimento integrado que valoriza os recursos locais e engloba os aspectos sociais, culturais, técnicos, económicos, e a participação activa de toda a população. Neste contexto, o desenvolvimento rural aparece associado à combinação das forças locais com as políticas governamentais descendentes, atentas às dinâmicas locais de inclusão social (Scheijtman e Berdegué, 2003).

O desenvolvimento do mundo rural é, assim, fundamental para a equidade e coesão territorial, na medida em que oferece um conjunto de oportunidades que permitirá fortalecer os territórios com novas dinâmicas, com a criação de sinergias e parcerias e novas actividades integradas. Assim, as políticas de desenvolvimento rural devem ser orientadas de baixo para cima, aproximando-se dos processos locais, devem ser de cariz territorial e não sectorial envolvendo vários sectores das economias rurais (turismo rural, manufactura, TIC, indústria, etc), para que se possa criar emprego, melhorar acessibilidades aos serviços básicos, melhorar a qualidade de vida sem descurar a manutenção da paisagem rural e do meio ambiente. As estratégias de desenvolvimento económico e social a promover em territórios rurais devem assentar na preocupação de assegurar resultados aos dois níveis do binómio coesão-competitividade. Por um lado, criar condições de contenção do seu declínio económico e social e, por outro, incentivar os investimentos e iniciativas geradoras de desenvolvimento económico e criar factores de competitividade.

Face à realidade encontrada na BIN nestes sectores com problemas estruturais ao nível de declínio populacional, envelhecimento da população e falta de interesse por estes sectores, os produtores artesanais e biológicos destas áreas rurais do interior precisam de ultrapassar os problemas colocados pela sua pequena dimensão, que caracteriza a maioria dos casos. A sua incapacidade em resolverem os seus problemas de dimensão deriva do seu isolamento: em geral não estão aptos nem predispostos a receberem apoio do ambiente negocial que os rodeia, como os bancos e instituições promotoras do desenvolvimento.

Na BIN, o desenvolvimento e fortalecimento das actividades artesanais pressupõem a superação de uma série de obstáculos, destacando-se a necessidade de se trabalhar nas áreas da qualidade e design, com a implementação de estratégias adequadas de promoção dos produtos, actuando sobretudo no nível da percepção dos consumidores. Inclui-se aqui a renovação da oferta de produtos como modo de dinamizar as relações comerciais entre os artesãos e o mercado, gerando mais trabalho e maiores rendimentos sem descaracterizar os produtos originais. As estratégias para o seu desenvolvimento devem considerar um conjunto de procedimentos, obedecendo-se a uma lógica sistémica em torno de toda a cadeia de produção e comercialização, incluindo a identificação e análise da procura e da oferta; a melhoria e desenvolvimento de novos produtos; a inovação; a capacitação e o acesso ao mercado.

Deve também ser implementada uma estratégia de desenvolvimento assente na expansão da Agricultura Biológica, que passa pela sensibilização dos consumidores e pela criação de pontos de distribuição, venda e exportação. Os produtores Biológicos e as suas Organizações têm de utilizar uma estratégia que promova de forma sistemática os contactos com os importadores comercializadores dos seus produtos nos mercados dos países ricos. A partir do potencial de comercialização destas empresas é possível promover no terreno as produções, seja junto dos produtores já instalados, seja promovendo o aparecimento de novos produtores. Numa estratégia focalizada sobre a exportação, o mercado português funcionaria como ponto de escoamento complementar. A exportação seria assim o motor no desenvolvimento e rentabilidade da fileira da Agricultura Biológica, podendo, em poucos anos, transformar a Agricultura Biológica em Portugal numa alternativa efectiva à agricultura hoje predominante.



REFERÊNCIAS

- Aydalot, P. (ed.) (1986) **Milieus Innovateurs en Europe**, GREMI, Paris.
- Becattini, G. (1992) Le District Industriel: Milieu Créatif, **Espaces et Sociétés**, (66-67), 147-163.
- Camagni, R., Maillat, D. e Matteaccioli, A. (2004) **Ressources Naturelles Et Culturelles, Milieux Et Développement Local**, IRER, EDES, Neuchâtel.
- Courlet, C., Pecquer (1992) **Les Systèmes Industriels Localisés En France: Un Nouveaux Modèle De Développement**, Paris: PUF.
- Covas, M. (2007) A Nova ruralidade como problemática educacional e como oportunidade para o desenvolvimento: algumas reflexões a propósito (http://www.ela.uevora.pt/download7ELA_Desenvolvimento_rural_04.pdf) (13/11/2009).
- Diniz, F. e Gerry, (2002) A Problemática do Desenvolvimento Rural, in Costa, J. (ed), **Compêndio de Economia Regional**, APDR, Coimbra.
- Friedmann, J. e Weaver, C. (1979) **Territory and Function**, Berkeley, University of Califórnia Press.
- Lowe, P., Murdoch, J.e Neil, N. (1995) **Neil Networks in Rural Development: Beyond Exogenous and Endogenous Models**. Assen (The Netherlands): Royal Van Gorcum.
- Maillat, D., Quevit M. e Senn, L. (1993) **Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement régional**, GREMI, EDES, Neuchâtel.
- Malinvaud, E. (1993) Regard d'un ancien sur les nouvelles théories de la croissance, **Revue Économique**, 44(2), 171-188.
- OECD (2006). The New Rural Paradigm. Policies and Governance, **OECD Rural Policy Reviews**, OECD Publishing, Paris.
- Porter, M. (1998) Clusters and The New Economics of Competition, **Harvard Business Review**, Nov.- Dec. 77- 89.
- Sampaio, D. (2008) O Papel do Desenvolvimento Rural para a Coesão dos Territórios: Novas Perspectivas para o Meio Rural Algarvio, **Actas do III CER**, Univ. Algarve, Faro.
- Schejtman, A. e Berdegué, J. (2003). **Desarrollo Territorial Rural**. RIMISP, Santiago do Chile.
- Tibério, L., Cristóvão, A. e Abreu, S. (2008) Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Periféricas, **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, 17(1) 5-24.
- Stöhr, W., Taylor, F. (eds) (1981), **Development From Above Or Below?**, John Wiley & Sons, Lda.